

LOULÉ
HISTÓRIA
E EXPANSÃO
URBANA

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ



Casa da Cultura António Bentes

S. Brás de Alportel

Biblioteca

Livro n.º 1712

Cota n.º 3-3 22

3-3 22

369

3-2

FICHA TÉCNICA

LOULÉ: HISTÓRIA E EXPANSÃO URBANA

Propriedade: Câmara Municipal de Loulé • Editor: Museu Municipal de Loulé • Texto: Manuel Pedro Serra • Design Gráfico: José Batista
Fotos: Hélio Ramos • Tiragem: 1000 exemplares • Composição, impressão e encadernação Tip. Delta, Lda. Depósito Legal Nº 101790/96

LOULÉ

HISTÓRIA E EXPANSÃO URBANA

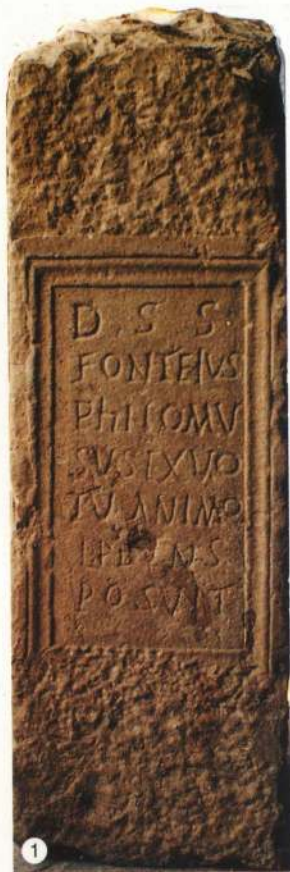
A Cidade de Loulé, situa-se no coração do Algarve numa elevação suave, à distância de duas léguas do Oceano. A sua localização beneficia de um importante cruzamento de vias terrestres - fácil acesso do litoral - e disfruta, ainda, de excelentes condições naturais como abundância de água, terrenos férteis próximos de jazigos minerais e do mar, factores estes favoráveis e determinantes à vida e ao desenvolvimento da actividade humana.

Com o valioso contributo da arqueologia sabe-se, hoje, que a presença do homem neste Concelho remonta ao Paleolítico antigo. Não obstante, até aos finais do Neolítico não se constata uma completa ocupação do território. É provável que, a formação e o desenvolvimento do povoamento, na actual Cidade de Loulé, se tenham verificado du-

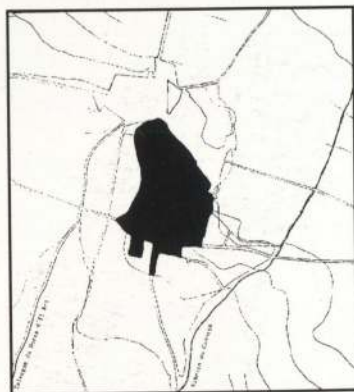
rante este último período, através de comunidades que utilizavam habitats precários, eventualmente rotativos próprios de agricultores pastores itinerantes, as quais se encontram associadas à ocupação de inúmeras cavidades subterrâneas existentes na proximidade (Goldra, Esparguina e Matos da Nora).

Nos milénios seguintes, no período da era dos metais, intensificou-se a incursão dos povos do Mediterrâneo oriental, que progressivamente penetram no sudoeste Peninsular, que culmina com a chegada dos Fenícios e dos Cartagineses que fundaram as primeiras feitorias na orla marítima do Concelho (Carteia), incrementando a actividade piscatória, a prospecção da metalurgia e a actividade comercial.

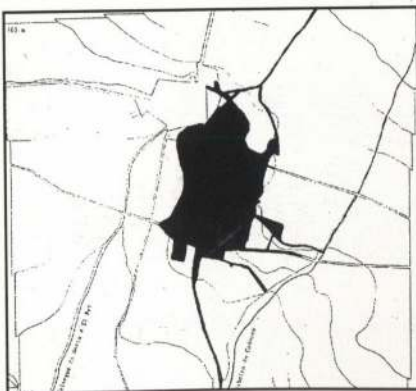
A partir dos meados do séc. II



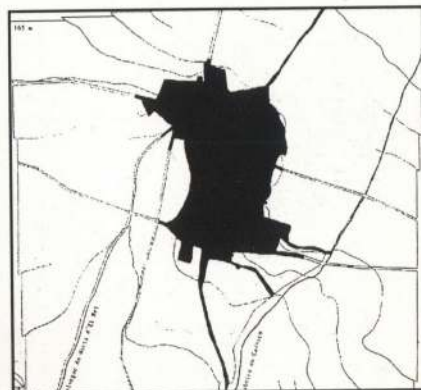
1



1249



1505



1850

a.c., após a 2ª Guerra Púnica, os romanos dão novo impulso às actividades económicas desenvolvendo a indústria conserveira, a agricultura e a exploração mineira do cobre e ferro. Até ao momento, na área urbana de Loulé, os vestígios materiais da ocupação romana, cingem-se a uma ara (1) consagrada à Deusa Diana (final do séc. II d.c.) outrora incrustada na torre de S. Clemente, existindo contudo, na sua proximidade, duas pontes que testemunham a presença de um itinerário que atravessava o povoado (Alámos e Tôr), topónimos de vilas rústicas (Clareanes e Apra) e necrópoles que documentam o modo intenso e organizado como o território foi ocupado.

No Séc. V, Suevos, Vândalos, Asdingos e posteriormente os Visigodos, desagregam o Império Romano mas são facilmente cati-

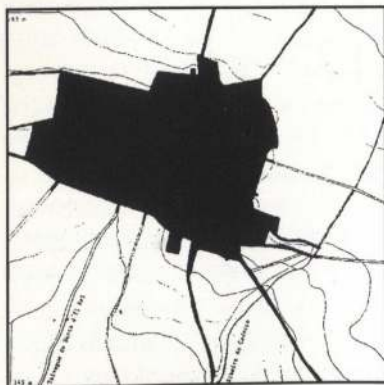
vados pela sua superioridade civilizacional, adaptando e assimilando os modelos anteriores do povoamento e experiências culturais das populações autóctones.

Com a ocupação muçulmana (séc. VIII - XIII) nasce a urbe medieval que virá a gerar a cidade histórica actual. Al'-Ulyã (Loulé) é-nos descrita, pela primeira vez, nas vésperas da reconquista cristã, nas crónicas árabes de Ibne Saíde e Abd Aluhaid como sendo, uma pequena Almedina (Cidade) fortificada e próspera, pertencendo ao Reino de Niebla, sob o comando do Taifa Ibne Mafom.

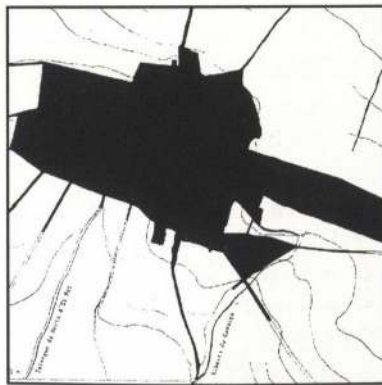
Esta descrição não deixa de ser relevante apesar dos cronistas, na alusão à Al'- Ulyã, se



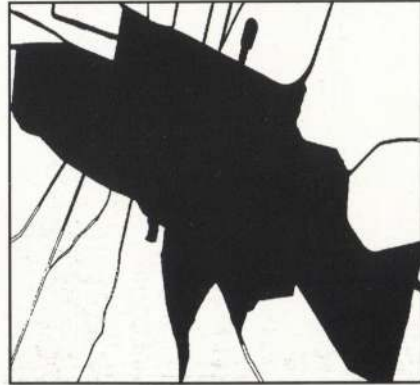
terem preocupado em focar aspectos do estatuto urbano e valor estratégico da Almedina, omitindo por completo qualquer tipo de menção sobre o



1900



1925



1990



traçado urbano e arquitetónico.

A segunda metade do séc. XII e princípios do séc. XIII foi uma época marcada por grande instabilidade política e militar no mundo islâmico, com dissensões internas que se reflectem em todo o Garb Andaluz, assistindo-se a um movimento generalizado de construções militares. É bem possível que Al'-Ulyā tenha sido fortificada durante este período. Do primitivo Castelo Almoravida/Almoada resta, praticamente intacta, a torre albarrã (2) em taipa (Torre da Vela) situada na antiga Rua da Corredora.

Em 1249, D. Afonso III

auxiliado por D. Paio Peres Correia, Cavaleiro e Mestre da Ordem de Santiago, conquista o Castelo de Loulé aos mouros fazendo a sua integração plena na Côroa Portuguesa, no momento em que concede o primeiro Foral à "Vila" em 1266. O segundo Foral foi aos mouros forros, em 1269, que tinham sido remetidos para o arrabalde a sul da "Porta de Faro" (3), dando origem ao bairro da Mouraria no qual persistem, ainda hoje, ruelas estreitas e tortuosas e topónimos medievais como Rua da Mouraria (4) e Rua dos Oleiros.

É interessante notar que este conjunto de factores de ordem militar político e religioso, associados à reconquista, acabaram por inverter aspectos ligados à psicologia da convivência social e alterar, de uma forma significativa, a fisionomia urbana.

O interior das muralhas é o espaço urbano que permanece como núcleo político, religioso e habitacional mais importante, tendo sido enriquecido ainda, durante o reinado de D. Afonso III, com a construção da Igreja Matriz de S. Clemente (5), local onde se presume ter existido o culto anterior.

Além da Mouraria, o arrabalde - onde avultavam ricas vinhas, figueiras, searas, pomares e hortas - foi, também, valorizado com a construção do Convento da Graça



junto de artérias, Rua Martim Farto, Rua da Cadeia, e Rua da Matriz que faziam ligação aos diferentes equipamentos e espaços públicos da urbe, Alcaidaria (8), edifício da Vereação, Cadeia e Portas do Castelo.

Com a epopeia dos descobrimentos a região do Algarve nomeadamente Loulé, inicia um novo ciclo de crescimento económico. A actividade comercial é reanimada.

No contexto regional Loulé ocupa um lugar de destaque no plano da exportação do vinho, azeite, fruta seca e artesanal, sal e peixe. Esta prosperidade trazida

pelas descobertas, permitiu que se realizassem importantes obras de recuperação dos espaços públicos e construção de novos equipamentos. Em 1400, a nascente, fora de portas, construiu-se a igreja de Nossa Senhora dos Pobres (hoje da Misericórdia) (9).

Em 1422, as muralhas do Castelo são reedificadas por D. Henrique de Meneses, 1º Conde de Loulé. Em 1471, a antiga albergaria é transformada, por ordem de D. Afonso V, no primeiro Hospital do Algarve, para socorrer os soldados feridos que regressavam das campanhas de Tanger. A norte, também fora de muros, estruturam-se espaços habitacionais organizados entre as ruas do Poço (10), a Travessa do Outeiro, Rua da Laranjeira e a Rua Alto de S. Domingos (11), onde a Visitação da Ordem de Santiago de 1565, refere ter existido a ermida de S. Domingos.

Finalmente a poente, era construída a ermida de S. Sebastião e a menos de meia légua do centro urbano era erguida, ao cimo do outeiro, a ermida de Nossa Srª. da Piedade.

Deste surto de construção é notória a propensão da urbe em se estender definitivamente para arrabalde. De acordo com o assentamento de D. Manuel em 1505, o número total de fogos do aglome-



rado era de 434 dos quais 289 se localizavam no exterior das muralhas.

Nos finais do século XVI a meados do séc. XVII, o Reino vive, contudo, a perda dramática da Independência no palco de Alcácer Quibir.

Na região e particularmente na Vila de Loulé, a segurança das populações encontrava-se bastante ameaçada devido aos ataques redobrados que os mouros faziam à costa. Alexandre Massay, no levantamento que fez do Castelo de Loulé entre 1617-1618, a pedido de D. João de Castro, na altura governador do Algarve, refere que a maior parte dos muros em taipa se encontram danificados e caídos.

A partir de 1620 a vitalidade económica do Algarve começa a decrescer, a população estagna e a instabilidade política persiste, contribuindo para o efeito a pirataria berbere.

A expansão urbana de Loulé no séc. XVII, ressent-se, como não podia deixar de ser, do período de recessão que a região e o País vive, embora se tenha verificado um apreciável acréscimo de construções





e equipamentos religiosos. A nascente, fora de Portas, construiu-se a igreja das Portas do Céu, em 1600. Em três das cinco Portas do Castelo, da Vila”, “Faro” e “Sol”, ergueram-se três ermidas a de Nossa Sr^a. da Conceição, Nossa Sr^a. do Pilar e Nossa Sr^a. do Carmo.

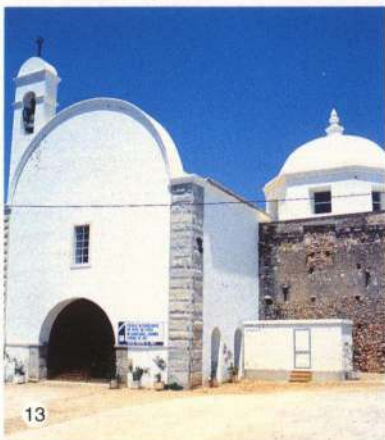
No interior da Cerca, adossado às muralhas construiu-se a igreja do Espírito Santo, recupera e ampliou-se o edifício anexo para o Convento das Freiras

de Nossa Sr^a. da Conceição em 1693 (12). E a poente no termo da Vila, D. Francisco Barreto, II Bispo do Algarve, lançava a 1^a. Pedra do Convento de St^o. António, em 1675 (13).

Após a Restauração, o Castelo perde gradualmente o valor defensivo. No entanto, as áreas adossadas às muralhas, tanto no interior como no exterior, não são, ainda, libertadas para novas construções.

Na 1^a. metade do séc. XVIII, durante o reinado de D. João V, Portugal viveu um clima de prosperidade económica sustentado pelo ouro do Brasil. Neste contexto e aproveitando a actividade artística e cultural, inserida no espírito do Barroco, o interior das Igrejas e Capelas da Vila são enriquecidas e valorizadas com excelentes retábulos em talha dourada e azulejaria, obras estas executadas pelos melhores artífices da região e fábricas do País. Porém, o desenvolvimento urbanístico deste período é marcado por um conjunto de construções civis sem significado arquitectónico que aproximam as áreas habitacionais marginais ao núcleo antigo, nomeadamente a oeste da Cerca do Convento da Graça, a sul, na antiga Corredoura, a nascente, do antigo Largo dos Inocentes e da antiga Rua da Carreira e a norte, da Rua da Praça e da Rua da Laranjeira.

O terramoto de 1755 destrói grande parte da Vila. As torres do Castelo partiram-se, as muralhas desmoronaram-se, a igreja do Convento da Graça caiu, o Convento do Espírito Santo e a Igreja Matriz sofriam graves rombos, as edificações civis que não ruíram ficaram inabitáveis e o edifício da Câmara ficou de tal forma arruinado que as sessões





fins residênciais e comerciais. No entanto, a maior transformação operada no plano urbanístico deu-se em 1873, com a abertura da Av. Marçal Pacheco - demoliu-se a ermida do Carmo e parte da muralha a ela adossada - que permitiu ligar o sector nascente ao sector poente da Vila através da Rua da Praça (15) (actual Av. Praça da República). A Rua da Praça era, já, não só o eixo principal de circulação mas o espaço

mais importante da prática social, económico e cultural. Em 1885, passa a simbolizar, também, o principal espaço Político em virtude do Paço Municipal ter sido transferido para o edifício que onde, ainda, actualmente se encontra.

Ainda até ao final do séc. XIX a vila expande-se para poente, iniciando-se a urbanização da quinta do Olival de S. Francisco, área esta que se veio a

integrar na jovem Freguesia de S. Sebastião que fora criada por decreto Régio em 1890, a partir da divisão da secular Freguesia de S. Clemente.

Este novo espaço foi concebido segundo um desenho urbano "moderno" de características rectilíneas, ruas desenhadas a partir de caminhos existentes formando quarteirões rectangulares e espaços públicos nas suas intercepções com forma triangular. No plano da

arquitectura não produziu mais do que edifícios de corrente vernácula, típicos da região, que reflectiam com coerência o tecido social que os compunham. É importante salientar que o aumento demográfico e urbanístico, que ocorre neste período, está associado ao fenómeno da industrialização que acabou por atrair a Loulé população das freguesias do interior do Concelho e fora deste, para trabalharem em pequenas unidades fabris artesanais que entretanto aqui se vieram instalar.

A par deste processo, registou-se a evolução dos transportes, a construção da linha férrea no Algarve em 1887 e o desenvolvimento das vias de comunicação que contribuíram no conjunto para a profunda mudança no modo de viver da população. No entanto, algumas infra-estruturas e equipamentos básicos só no decorrer do séc. XX passaram a ser equacionados de uma forma prioritária. Antes mesmo da instauração da 1ª República foi construído o Mercado Municipal (17) (1904-1907) projecto do arquitecto Mota Gomes, um dos edifícios mais notáveis da arquitectura contemporânea local. Esta obra veio alterar substancialmente o desenho urbano da área central da vila, provocando o derrube considerável da muralha do castelo assim

como alguns edifícios de melhor qualidade aí existentes. Contudo, a obra de maior alcance urbanístico foi realizada em 1918 com a abertura da Avenida José da Costa Mealha (18) local onde a burguesia endinheirada, de então, aproveita para construir alguns dos mais belos exemplares da arquitectura civil deste século.

Até à implantação do Estado Novo são impostas algumas obras importantes em prol da modernização do espaço urbano, das quais se destacam a iluminação eléctrica em 1916, em substituição da iluminação a petróleo, a construção do cemitério no sítio da Costa em 1918, para substituir





o que estava situado no actual Jardim dos Amuados e dá-se, também, início ao abastecimento público de água, ao centro urbano.

Durante o regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926 até Abril de 1974, o crescimento de Loulé processa-se de forma moderada; são urbanizadas as transversais na Avenida José da Costa Mealha e é rasgada a actual Avenida 25 de Abril. Deste longo período, as edificações públicas mais expressivas foram o Cine-Teatro Louletano (19) do Arqtº J. Baptista Mendes e o Monumento ao Engº Duarte Pacheco (20) concebido pelo Arqtº Cristino da Silva.

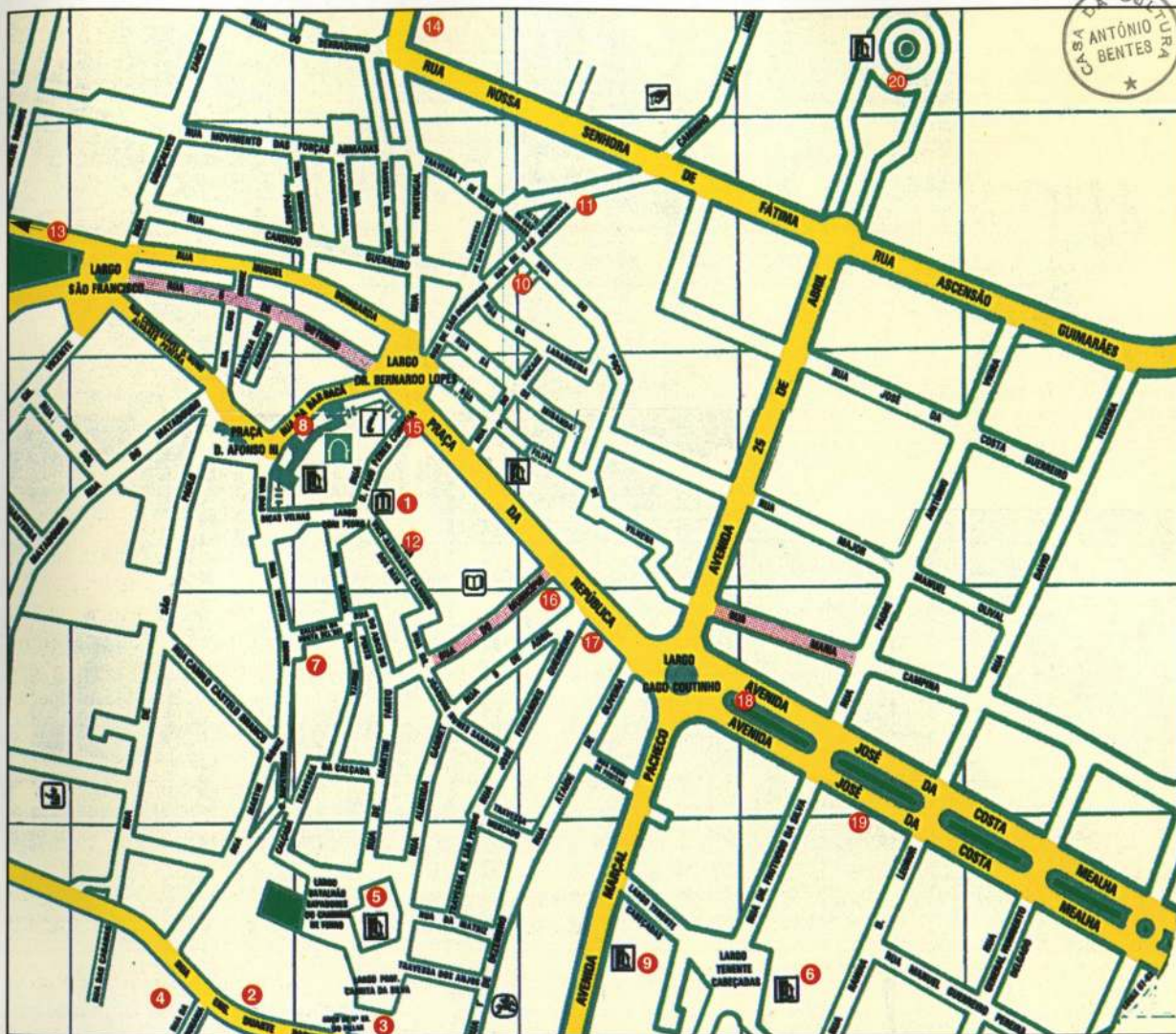
Nos últimos anos assis-

tiu-se a uma acelerada construção na Vila de Loulé. A nordeste a nascente e a sul da Avenida José da Costa Mealha, enormes edifícios de habitação colectiva têm vindo a ocupar antigas propriedades agrícolas e edificações de arquitectura tradicional.

Em prol do “desenvolvimento” cometeram-se, por vezes, graves prejuízos na imagem arquitectónica e paisagística da cidade, nomeadamente no seu Centro Histórico, sendo o caso mais gritante o da antiga Horta D’el Rei.

A partir de 1985 a tendência tem sido de controlar e inverter a filosofia anterior, de modo a harmonizar os mais altos valores culturais e históricos expressos na Vila Medieval com os da Cidade actual, que pretende continuar a modernizar-se.

LOCAIS DE INTERESSE



- | | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 1 ÁRA DA DEUSA DIANA (MUSEU) | 6 CONVENTO DA GRAÇA | 11 RUA ALTO DE S. DOMINGOS | 16 PAÇOS DO CONCELHO |
| 2 TORRE DA VELA | 7 CALÇADA DA HORTA D'EL REI | 12 CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO | 17 MERCADO MUNICIPAL |
| 3 PORTA DE FARO | 8 ALCAIDARIA DO CASTELO | 13 CONVENTO DE ST.º ANTÓNIO | 18 AV. JOSÉ DA COSTA MEALHA |
| 4 RUA DA MOURARIA | 9 IGREJA DA MISERICÓRDIA | 14 PALACETE GAMA LOBOS | 19 CINE-TEATRO LOULETANO |
| 5 IGREJA MATRIZ DE S. CLEMENTE | 10 RUA DO POÇO | 15 AVENIDA PRAÇA DA RÉPUBLICA | 20 M.º ENG. DUARTE PACHECO |



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
APOIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA